

A NECESSIDADE DE UMA PSICOLOGIA CONCRETA: DA LÓGICA FORMAL À DIALÉTICA MATERIALISTA COMO MÉTODO

THE NEED FOR A CONCRETE PSYCHOLOGY: FROM FORMAL LOGIC TO MATERIALIST DIALECTICS AS A METHOD

Fábio Rodrigues Carvalho¹, Solange Struwka²

¹Mestrando no Programa de Pós-graduação de Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (PPGPSI-UNIR). Bolsista Capes.
Contato: fabio.relativity@gmail.com

²Doutora pelo Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP (2019). Professora de Psicologia na Universidade Federal de Rondônia.
Contato: solange.struwka@unir.br

Resumo

Este ensaio teórico examina as limitações impostas pela lógica formal à interpretação do psiquismo no campo da psicologia. Tais limitações manifestam-se, sobretudo, na tendência à fragmentação do objeto de estudo e na reprodução de uma visão dicotômica entre objetivo e subjetivo, o que representa uma marca estrutural do desenvolvimento da ciência sob o capitalismo. O argumento central deste trabalho aponta para a necessidade de superar tais limites por meio da construção de uma psicologia concreta, fundamentada nos princípios da dialética materialista. Como resultado desta análise destacamos a compreensão do psiquismo em suas múltiplas determinações, situando-o em sua totalidade histórica e social. A edificação de uma psicologia concreta não se dá pela rejeição mecânica das contribuições das teorias psicológicas dualistas, mas pela incorporação crítica de seus elementos, reinterpretados a partir dos princípios da dialética materialista. A superação do dualismo formal possibilitaria à psicologia tornar-se um instrumento teórico e prático capaz de interpretar o sujeito em sua complexidade, e de contribuir ativamente para a transformação da realidade desigual, a qual condiciona e limita o pleno desenvolvimento das capacidades humanas.

Palavras-chave: psicologia concreta; lógica formal; dialética materialista.

Abstract

This theoretical essay explores the limitations that formal logic imposes on the interpretation of the psyche within the field of psychology. These constraints are particularly evident in the tendency to fragment the object of study and to reproduce a dichotomous view of the objective and the subjective - an epistemological feature rooted in the structural development of science under capitalism. The central argument advocates for the necessity of transcending such limitations through the development of a concrete psychology, grounded in the principles of dialectical materialism. This framework allows for an understanding of the psyche in its multiple determinations, embedded within its broader historical and social totality. Importantly, the construction of a concrete psychology does not entail a mechanical dismissal of contributions made by dualistic psychological theories. Instead, it calls for their critical appropriation and reinterpretation through dialectical principles. Overcoming formal dualism would enable psychology to serve as both a theoretical and practical tool-capable of interpreting the subject in its full complexity and contributing actively to the transformation of the unequal social conditions that restrict the full development of human potential.

Keywords: concrete psychology; formal logic; materialist dialectics.

Editor-associado: Ágnes Souza Montanari

Recebido em: 14/02/2024

Aceito em: 05/05/2025

Publicado em: 13/07/2026

Citar: Carvalho, F. R., & Struwka, S. (2026). A necessidade de uma psicologia concreta: da lógica formal à dialética materialista como método. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 14(1), 05-22.

Introdução

A constituição da psicologia como disciplina científica ocorre no final do século XIX, em meio às profundas transformações políticas, econômicas e sociais que marcam a consolidação do modo de produção capitalista. Nesse contexto, a psicologia emerge como um campo de saber influenciado pelas contradições epistemológicas próprias da luta de classes, contribuindo para interpretações fragmentadas do sujeito. Essa fragmentação está diretamente relacionada à necessidade da burguesia, como classe dominante, de justificar e naturalizar as dinâmicas de exploração e acumulação do capital (Lacerda Jr., 2010).

Politzer (1998/1928) aponta que a psicologia foi central na solidificação da ideologia burguesa ao reforçar uma visão de “vida interior” que sustenta a concepção de indivíduo. Essa noção, articulada com o desenvolvimento do capital, apresenta o sujeito como uma entidade autônoma e racional, ao mesmo tempo que ignora as determinações históricas e sociais que o condicionam. Essa perspectiva promove a ideia de neutralidade científica, respaldada por um discurso que desconsidera as contradições entre a autonomia individual e as limitações impostas pelas estruturas sociais (Bock, 2007; Gonçalves, 2007).

Lukács (1968) destaca que, com a consolidação da burguesia como classe dominante, a ciência passa a ser instrumentalizada para garantir a reprodução de seus interesses. Aquilo que outrora se orientava pela busca da compreensão crítica e totalizante da realidade cede lugar a uma ciência fragmentada, que encobre os conflitos sociais ao dissociar os fenômenos de suas determinações históricas. Esse deslocamento resulta na naturalização do social, esvaziando o potencial crítico do conhecimento e promovendo interpretações parciais e descontextualizadas da realidade. Nesse cenário, a racionalidade é reduzida a uma lógica instrumental, técnica e funcional, desvinculada da totalidade e das contradições que estruturam o real. Essa perspectiva limita profundamente o entendimento do objeto de estudo da psicologia, restringindo-o a aspectos isolados do comportamento ou da cognição, o que contribui para a reprodução das estruturas de dominação (Húngaro et al., 2017).

Nesse âmbito, são produzidas na psicologia tradicional interpretações dualistas e fragmentadas, geralmente pautadas num objetivismo mecanicista ou num subjetivismo idealista, que negam as múltiplas determinações, relações e nexos da realidade objetiva e histórica na formação do psiquismo. Essas fragmentações, assentadas na lógica formal, limitaram o entendimento do psíquico como um fenômeno em relação com a totalidade do real, engessando a análise em teorias que captam apenas uma parte do todo (Cambaúva & Tuleski, 2007). Para Vigotski (2025/1982), tais interpretações produzidas por essa psicologia trouxeram desdobramentos distorcidos: enquanto a primeira interpretação pauta-se totalmente numa forma de materialismo empirista que busca uma pretensa

“objetividade” científica, a segunda tende a construir teoricamente um sujeito que nega ou secundariza toda e qualquer objetividade, em defesa de uma complexidade humana transcendente.

Nessa perspectiva, ao considerar tal contradição, torna-se imprescindível debater sobre o papel da lógica formal no desenvolvimento de análises que produzem processos de fragmentação no entendimento do objeto da psicologia, de modo a contribuir para a ocultação de seus determinantes concretos, funcionando, assim, como um instrumento de dominação de classe.

Lefebvre (1993) argumenta que a lógica formal desconsidera o conteúdo, a forma e o sentido do raciocínio, e foca apenas nas regras para garantir a coerência e a consistência interna do pensamento, sem admitir contradições. Baseada no princípio da identidade (“A é A”), essa lógica estabelece que algo não pode ser e não ser simultaneamente. Esse princípio se articula com os da não contradição, que proíbe a coexistência de “A” e “não A”, e do terceiro excluído, que impõe que algo é ou não é, sem espaço para uma outra alternativa (Tenório, 1993).

Esses fundamentos influenciam a ciência ao rejeitar contradições e priorizar uma abordagem instrumental, restringindo o pensamento ao que é imediatamente perceptível. Nesse paradigma, o indivíduo é concebido como oposto à totalidade social, ignorando as determinações sociais que, numa sociedade de classes, alienam e limitam a autonomia individual. Oliveira (2001) destaca que essa separação artificial entre indivíduo e sociedade oculta a relação dialética entre ambos, como se fosse possível isolá-los – e, assim, produz um processo que podemos denominar formalismo lógico, que mascara as dinâmicas e contradições da realidade, justificando e naturalizando as desigualdades e a dominação de classes. Na psicologia, essa abordagem reforça explicações fragmentadas e superficiais, dificultando a compreensão das múltiplas determinações históricas e sociais que constituem o psiquismo.

Diante disso, este estudo se propõe discutir, em formato de ensaio teórico, as limitações do formalismo lógico na análise do psiquismo e suas determinações, considerando que a construção do sujeito moderno e o desenvolvimento da psicologia ocorreram num contexto de consolidação das relações capitalistas e da hegemonia burguesa. Esse cenário determinou as bases do conhecimento científico contemporâneo, amplamente influenciado por abordagens analíticas que, pautadas no formalismo lógico, se mostram incapazes de abarcar plenamente as mediações e complexidades do objeto psicológico. Defendemos a necessidade de uma abordagem concreta, fundamentada na dialética materialista, como alternativa capaz de integrar as contradições e a totalidade que constituem o sujeito/objeto na psicologia.

Os Processos Determinantes da Crise da Psicologia: A Separação Lógico-Formal de seu Objeto

Inicialmente, é crucial direcionar nossa atenção para a análise do fenômeno psicológico, considerando a maneira pela qual a psicologia tradicional historicamente oscila entre duas abordagens

distintas. Por um lado, há a busca pela objetividade, utilizando métodos de observação e mensuração dos aspectos concretos e imediatos da realidade. Por outro lado, há a abordagem da subjetividade, que é explorada por meio de categorias de análise idealistas, as quais fundamentam a análise dos aspectos psicológicos como fatores fundamentais e orientadores de elementos subjetivos específicos (Cambaúva & Tuleski, 2007).

Corroboramos o argumento de que a psicologia concebe os conceitos de objetividade e subjetividade por meio de uma abordagem lógico-formal. Essa abordagem formal, que se baseia no princípio da não contradição, tende a posicionar subjetividade e objetividade em polos distintos, dividindo a psicologia em duas frentes aparentemente opostas: o materialismo mecanicista e o subjetivismo. Essa divisão deu origem a uma crise que está profundamente enraizada em sua base, já que tanto o materialismo mecanicista quanto o subjetivismo idealista, de forma biologizante ou metafísica, levam a interpretações parciais do sujeito (Vigotski, 2025/1982; Politzer, 1998/1928; Cambaúva & Tuleski, 2007).

Vigotski (2025/1982) lançou críticas contundentes a essa separação formal na psicologia ao apontar as limitações tanto dos modelos materialistas mecanicistas quanto dos modelos subjetivistas. Em vez de elucidar a totalidade do psiquismo, essas separações resultam em explicações parciais e fragmentadas. Nesse sentido, a psicologia segue uma trajetória dicotômica que pouco oferece ao entendimento real de seu objeto, contribuindo assim para a crise histórica enfrentada pela disciplina.

A crise que atravessa a psicologia vai além de questões teóricas ou metodológicas: suas raízes são históricas e sociais. A constituição da psicologia como disciplina científica ocorreu num contexto marcado pela consolidação do capitalismo como modo de produção dominante, o que determinou a compreensão de seu objeto por uma lógica que fragmenta o sujeito. Vigotski (2025/1982) aponta que a crise reflete a limitação de uma ciência fundada na separação entre subjetividade e objetividade, incapaz de apreender a relação dialética entre sujeito e sociedade. Tal relação revela que o sujeito é, ao mesmo tempo, produto do meio em que está inserido e agente transformador dessas mesmas condições.

Politzer (1998/1928), ao abordar a crise da psicologia, também nos oferece análises críticas dos limites impostos pela fragmentação do seu objeto de estudo. Para superar essa condição, o autor aponta a necessidade de uma revisão e de superação da dicotomia entre abordagens subjetivas e objetivas, ambas ainda enraizadas em concepções mistificadoras da psicologia clássica. Sua crítica à psicologia abstrata, resultante da separação formal entre os aspectos orgânicos e psicológicos, aponta para a necessidade de uma ciência que valorize a concretude da vida. Essa perspectiva busca compreender o psiquismo em suas múltiplas determinações, integrando as complexidades e contradições da realidade.

Nesse aspecto, os métodos propostos por Wundt na fundação da psicologia como ciência podem ser interpretados como exemplos da contradição formal, intrínseca à sua gênese (Gonçalves, 2007). Wundt (1920, 1970) estruturou duas vertentes principais: a psicologia experimental, voltada para a investigação dos processos psicológicos mais elementares e acessíveis à observação e à medição (por exemplo, sensação, percepção, tempo de reação), em que buscava explicar objetivamente a subjetividade, conectando mente e corpo (monismo); e a psicologia dos povos ou psicologia social, voltada para os fenômenos mentais superiores (por exemplo, linguagem, cultura, mitologia, religião), que não poderiam ser investigados em laboratório por serem processos mais dinâmicos e complexos da consciência. Como analisa Gonçalves (2007), essa divisão já expressa a cisão metodológica entre as perspectivas objetivas e subjetivas na psicologia, as quais seguem trajetórias paralelas e não integradas que acompanham o desenvolvimento da disciplina.

Essa dualidade se reflete nas principais correntes psicológicas que foram dominantes posteriormente. O estruturalismo, por exemplo, utiliza a introspecção para objetivar a subjetividade; o funcionalismo dá um caráter pragmático à consciência em sua relação com o ambiente; o behaviorismo rejeita processos internos não observáveis e foca exclusivamente o comportamento; a fenomenologia retoma o foco na subjetividade, argumentando que a objetividade depende do sujeito; a psicanálise analisa o psiquismo a partir do inconsciente; e o cognitivismo sistematiza a subjetividade ao descrever estruturas cognitivas mediadoras entre sujeito e meio (Gonçalves, 2007).

Para Politzer (1998/1928), essas ramificações reforçaram a separação entre objetividade e subjetividade, naturalizando-as como conceitos autônomos. Desse modo, os fenômenos psíquicos – como percepção, memória e emoções – deixam de ser processos de sujeitos concretos, remetendo a uma generalidade formalista. Essa abordagem elimina as particularidades e reduz o sujeito a abstrações impessoais, transformando processos e funções em conceitos desvinculados de qualquer realidade concreta e significação humana.

Nesse processo, a psicologia, ao fragmentar a compreensão dos processos psíquicos, frequentemente absolutiza fatores externos ou internos. Nas abordagens objetivistas, o psíquico é reduzido a elementos objetivos mensuráveis e observáveis; nas subjetivistas, os fenômenos psíquicos tornam-se autônomos e desvinculados da realidade concreta (Gonçalves, 2007). Essa dicotomia se reflete em dualismos como objetividade e subjetividade, mente e corpo, sujeito e objeto, razão e emoção, cognição e afeto. Todas essas categorias, tratadas de maneira formal e abstrata, perdem de vista o sujeito concreto em seu desenvolvimento e nas relações dinâmicas com a realidade.

Essa abordagem, pautada numa lógica formal, limita a análise psicológica a perspectivas parciais, o que resulta em interpretações abstratas e generalizadas, desvinculadas das condições históricas. Por essa razão, a psicologia não consegue explicar o ser humano em sua totalidade, como

síntese de fenômenos biológicos, psíquicos, históricos e sociais (Aita & Facci, 2011). Vigotski (2001/1934) já apontava que essa crise na interpretação do sujeito é, na verdade, uma crise de método. Superar essas limitações exige uma abordagem que articule o humano à realidade objetiva e histórica. Nesse sentido, a dialética materialista surge como alternativa para uma compreensão integral e complexa do psiquismo.

A Dialética Materialista como Superação do Formalismo Lógico na Psicologia

Pode-se afirmar que Hegel foi o grande sistematizador da lógica dialética ao articular categorias centrais como contradição, negação, mediação, unidade dos contrários, totalidade, transformação, quantidade e qualidade. Em contraste com a lógica formal, baseada na identidade e na não contradição, a lógica dialética hegeliana concebe os objetos não como entidades fixas e estáticas, mas como processos em constante movimento e transformação. Essa perspectiva valoriza o devir, a interdependência e a superação das oposições, entendendo que a verdade de um fenômeno não pode ser apreendida isoladamente, mas apenas em sua inserção concreta na totalidade das relações (Saviani, 2015).

Em *Fenomenologia do espírito*, Hegel (1992/1807) desenvolve essa concepção ao examinar o percurso da consciência em sua busca por apreender o real. Ele mostra como a consciência, ao tentar apreender o objeto apenas por meio da sensibilidade imediata, se depara com limites que a obrigam a superar sucessivas formas de saber, construindo, desse modo, um processo dialético de autoconhecimento e de relação com o mundo. A consciência, nesse movimento, descobre-se contraditória e mediada, e é justamente ao reconhecer e incorporar essas contradições que ela se eleva a formas mais complexas de compreensão. Supera-se, então, a cisão entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são concebidos como momentos do mesmo processo de constituição histórica e ontológica.

Embora Hegel tenha dado um passo decisivo na sistematização da dialética, sua concepção permanece ancorada no idealismo ao postular que a realidade é, em última instância, a manifestação da ideia absoluta. Para o filósofo, a ideia constitui a essência do real e desenvolve-se por meio de um processo dialético que envolve contradição, negação e superação (*Aufhebung*). Nesse movimento, a ideia se objetiva na natureza – momento em que se torna “ideia fora de si” – e, posteriormente, ao adquirir consciência de si mesma na história e na cultura, retorna como espírito, a “ideia para si”. Trata-se de um processo inovador por compreender o real como movimento e totalidade contraditória, mas ainda limitado por uma perspectiva em que o pensamento precede e determina o ser (Saviani, 2015).

Diante dessa questão, Marx supera o aspecto metafísico da dialética hegeliana ao estabelecer uma perspectiva materialista. Para Marx, a análise deve partir da realidade concreta, e não de abstrações ideais. A consciência é determinada pela realidade material, e não o contrário. Os

sujeitos reais, por meio de sua atividade prática, produzem as condições para sua existência, enquanto a realidade histórica e social preexistente os determina e é determinada por eles. Essa perspectiva posiciona a dialética materialista como uma ferramenta para compreender a realidade em sua concretude, capturando suas contradições, transformações e movimentos históricos (Marx & Engels, 2015/1932).

Dentro dessa perspectiva, o que está em jogo é a organização do concreto pela apreensão da realidade no pensamento – o chamado “concreto pensado” –, estabelecendo nas determinações reais os pontos de partida e de chegada do processo de conhecimento. Esse movimento difere da abordagem lógico-formal, que se limita à estruturação da forma do pensamento, conferindo-lhe um caráter abstrato e *a priori*. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o acesso ao concreto exige a mediação do abstrato; portanto, o pensamento não nega o papel da lógica formal, mas a compreende como etapa dentro de um processo mais amplo, no qual o conhecimento parte do empírico, passa pela abstração e reconstrói o concreto em seu movimento totalizante. Nessa abordagem, o concreto não se confunde com o empírico, como ocorre no empirismo positivista, mas representa a síntese das múltiplas determinações que compõem a realidade (Saviani, 2015).

Para o materialismo dialético, o mundo empírico constitui apenas a aparência das coisas, sendo o ponto de partida da investigação, mas sem revelar o fenômeno em sua totalidade. A compreensão real e concreta do objeto só se realiza por meio da exposição de suas mediações, contradições e determinações essenciais, permitindo a reconstrução, no pensamento, do movimento objetivo da coisa em si. Assim, reconhecer algo como real e concreto implica apreender suas múltiplas determinações e contradições, superando o nível da aparência sensível e alcançando sua essência ontológica (Pasqualini & Martins, 2015). Logo, para a dialética materialista, toda e qualquer elaboração teórica constitui uma forma de reprodução ideal – não mecânica, mas crítica – de um processo real.

Lukács (2012/1969) ressalta que, dentro de uma perspectiva dialética materialista, a totalidade não é simplesmente um conceito formal do pensamento, mas sim a representação ideal daquilo que efetivamente existe. Capturar a totalidade do movimento do real implica examinar as numerosas determinações do ser social, compreendendo suas interconexões de maneira dinâmica e em devir constante. Assim, a apreensão da totalidade não é um exercício intelectual abstrato, mas uma ferramenta poderosa para entender o dinamismo complexo da realidade social e histórica. De acordo com Oliveira (2004), o que Marx propõe com a dialética materialista é, acima de tudo, analisar as contradições da totalidade do real e suas determinações internas estruturalmente antagônicas. A dialética se estabelece em Marx como um procedimento de análise adequado à captação das mediações sistemáticas, que o método analítico e científico moderno não pode abarcar em sua totalidade.

Na dialética materialista, o ponto de partida da análise reside no próprio real, isto é, nas condições materiais e objetivas de existência do objeto de estudo. Nessa relação, não é o sujeito que elabora, *a priori*, um método para abordar o objeto; ao contrário, é a partir da análise do próprio objeto que se extrai seu movimento concreto, o qual, ao revelar suas contradições e determinações, estabelece as condições para o processo de conhecimento e orienta suas possibilidades analíticas. Superam-se, assim, as abstrações desvinculadas da realidade, e o conhecimento constitui-se como uma reprodução teórica da totalidade concreta – entendida como uma totalidade dinâmica e contraditória, que não pode ser apreendida por interpretações estáticas, dualistas ou por critérios de verdade externos à própria relação com o objeto (Marx & Engels, 2015/1932).

Na psicologia, Politzer (1998/1928) foi um dos primeiros a identificar que a fragmentação dessa disciplina em diferentes correntes reflete não a sua diversidade, mas sim sua miséria teórica, uma vez que evidencia a falta de um caráter científico consistente nas análises produzidas. Essa cisão resulta da separação formal entre a realidade objetiva, abordada por métodos empíricos de base positivista, e uma concepção do psiquismo como uma instância autônoma, isolada das condições concretas de existência e dotada de características próprias. Essa abordagem levou a um distanciamento na compreensão do ser humano real, que se desenvolve de forma complexa e mediada por determinantes históricos e sociais. Para o referido autor, a revolução necessária na psicologia reside na construção de uma abordagem concreta, de base materialista dialética, que supere essas fragmentações e permita compreender o ser humano a partir da experiência vivida em sua totalidade e articulada às condições materiais e históricas que estruturam a existência.

Vigotski (2025/1982), movido pelas mesmas preocupações, critica a fragmentação da disciplina em subáreas que, ao isolar processos cognitivos, afetivos e volitivos, desconsideram a totalidade e a unidade do desenvolvimento psicológico, bem como a interdependência entre o externo e o interno. Para ele, era essencial questionar os princípios explicativos formais da psicologia para estabelecer uma abordagem teórico-metodológica científica e consistente, capaz de apreender os fenômenos psicológicos em sua integralidade, complexidade e historicidade. A partir da identificação das diversas lacunas teóricas, o autor propõe a criação de uma psicologia geral, fundamentada no método materialista dialético, que busca compreender o psiquismo em suas múltiplas determinações, integrando as relações entre o interno e o externo, a cognição, o afeto, a volição e o comportamento como unidade.

A Construção de uma Psicologia Concreta: Caminhos Possíveis para a Superação do Formalismo Lógico na Análise do Sujeito

A formulação do campo da psicologia concreta – ou de uma psicologia fundamentada no materialismo dialético – tem suas raízes nas críticas pioneiras de Georges Politzer e Lev Vigotski, bem como nas contribuições de outros autores comprometidos com a superação do psicologismo abstrato e idealista.

Para Beatón (2018), a construção de uma psicologia concreta exige a adoção rigorosa do método dialético materialista, que pressupõe uma abordagem integral do objeto de estudo, buscando revelar suas origens, determinações, mediações e formas de desenvolvimento ao longo do tempo. Esse método implica uma análise crítica e contínua do conhecimento produzido, que compreende a teoria como expressão condensada da realidade objetiva. A investigação, nesse contexto, não se limita a descrever a estrutura estática do objeto, mas busca captar seu movimento real, suas contradições internas e seu funcionamento histórico e concreto. Trata-se de compreender as condições materiais e sociais que conformam a vida dos sujeitos, integrando tanto suas relações externas quanto os processos internos de constituição subjetiva. A objetividade do conhecimento, nessa perspectiva, não é dada *a priori*, mas alcançada mediante a confrontação permanente da teoria com a prática – social, cultural e histórica. O pesquisador, longe de ser um observador neutro, atua ativamente na produção de conhecimento, partindo das evidências da realidade concreta para explicitar as determinações que estruturam e dinamizam o objeto. Esse processo possibilita uma representação teórica mais fiel e complexa, capaz de apreender o objeto em sua totalidade e historicidade.

Nesse contexto, Martins (2020) destaca características essenciais para a construção de uma psicologia concreta, incluindo: a ênfase materialista, o reconhecimento de que as bases das relações sociais residem nas relações de produção, a necessidade de enfrentar as circunstâncias objetivas e subjetivas que alienam tanto o trabalho quanto o trabalhador e a adoção do método materialista dialético. Esse enfoque não só reafirma a relevância dos fatores materiais, históricos e sociais na constituição do psiquismo, como também reforça o compromisso com a transformação e a emancipação do indivíduo da sociedade de classes.

A aplicação do método materialista dialético à análise do sujeito e dos fenômenos psicológicos parte do princípio de que o desenvolvimento humano ocorre em condições concretas, historicamente determinadas. A realidade objetiva, longe de ser estática ou dada, é marcada por contradições, movimentos e transformações contínuas. No entanto, essas transformações não se dão de forma espontânea ou natural, mas são produto da ação consciente do ser humano sobre a natureza, ação essa mediada historicamente pelo trabalho (Marx & Engels, 2015/1932). É através do trabalho – categoria central da ontologia marxista – que o ser humano se diferencia dos demais seres vivos, ao

transformar o mundo ao mesmo tempo que se transforma. Nesse sentido, o modo de produção, isto é, a forma historicamente específica como a sociedade organiza o trabalho e distribui os meios de produção, constitui a base material que determina as formas de vida, as relações sociais e a própria constituição da subjetividade. Assim, compreender o sujeito em sua totalidade exige situá-lo nas condições concretas de existência que determinam sua formação histórica e social.

Conforme Lukács (2012/1969), o processo de trabalho materializa os chamados “pores teleológicos”, os quais possuem implicações fundamentais para a ontologia do ser social. Esses “pores” correspondem às finalidades idealizadas pelo ser humano – representações antecipadas do resultado que se pretende alcançar – que se concretizam por meio da atividade prática e transformadora. É precisamente essa capacidade de projetar finalidades conscientes e realizá-las intencionalmente na prática que distingue o trabalho humano de formas instintivas de produção presentes na natureza, como a construção de colmeias pelas abelhas. Enquanto estas agem segundo determinações biológicas fixas, o ser humano, por meio do trabalho, instaura uma mediação consciente entre pensamento e realidade, expressando uma relação teleológica com o mundo que é constitutiva da sua própria ontologia social.

Logo, uma interpretação materialista dialética do psiquismo envolve compreender essas dimensões como processos históricos e sociais, em vez de naturais. O desenvolvimento humano é, portanto, um processo social e histórico, e a apropriação das mediações históricas e sociais é que concretiza o ser humano como ser social (Aita & Facci, 2011). Nesse contexto, a atividade social do trabalho é fundamental para o desenvolvimento do sujeito e seu psiquismo, pois é por meio do trabalho e das relações sociais de produção que se produz a existência humana em sociedade (Saviani, 2003).

Nesse processo, Marx (2015/1932), nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, aborda como o modo de produção capitalista tende a reproduzir sistematicamente formas de trabalho alienado. Nessa forma histórica de organização do trabalho, o trabalhador se vê separado do produto de sua atividade, que passa a pertencer ao capital e adquire existência autônoma frente ao seu criador. Essa cisão gera um profundo sentimento de estranhamento – o trabalhador não se reconhece naquilo que produz – e resulta na alienação não apenas em relação ao produto, mas também ao próprio ato de trabalhar, à sua essência humana, aos demais seres humanos e à natureza.

Entretanto, as ações, atividades e formas de comunicação dos sujeitos não apenas expressam os efeitos do trabalho alienado, mas também revelam a complexidade das relações sociais que o sustentam e o atravessam. Segundo Beatón (2017), as relações sociais são constituídas de maneira dinâmica e histórica, articulando elementos singulares da trajetória de cada indivíduo (vivências) com os contextos coletivos e comunitários em que estão inseridos. Essas relações são

continuamente construídas e reconstruídas ao longo do desenvolvimento humano, o que evidencia que o sujeito está em permanente relação com o mundo social. Assim, embora o trabalho, sob o modo de produção capitalista, esteja marcado por processos de alienação e fragmentação, ele também carrega em si o potencial de produção de sentidos e significados. As experiências vividas no interior das práticas laborais podem ser apropriadas de modo singular pelos sujeitos, o que permite a emergência de formas de resistência, de elaboração subjetiva e de reconstrução do vínculo com a realidade. Nesse sentido, o trabalho não é apenas um espaço de reprodução da ordem vigente, mas também um campo simbólico e material de disputas, no qual os sujeitos podem (re)significar suas experiências, (re)apropriar-se de sua condição e transformar, ainda que parcialmente, as determinações que os cercam.

Com base no que foi discutido, pode-se afirmar que a constituição do indivíduo ocorre na medida em que ele internaliza e se apropria de formas, comportamentos e ideias historicamente produzidas, que já se encontram objetivadas nas relações sociais e culturais (Saviani, 2003). Dessa forma, não há uma separação dicotômica entre sujeito e meio; o sujeito é, essencialmente, social e histórico, e sua formação se dá por meio de uma relação ativa e dinâmica com os outros e com o contexto social no qual está inserido.

Assim, no desenvolvimento de uma psicologia concreta, torna-se fundamental delimitar seu objeto específico, reconhecendo que o ser humano não pode ser reduzido à análise fragmentada de fenômenos psicológicos isolados. Conforme destacam Bulhões e Silva (2020), é necessário compreender o que configura um evento psicológico humano para, a partir dessa concepção, estabelecer a unidade de análise condizente com sua complexidade. A psicologia, marcada por diferentes tradições filosóficas e metodológicas, ainda não alcançou consenso sobre esse objeto, o que reflete a necessidade de superação das abordagens que desvinculam o sujeito de sua constituição social e histórica. Numa perspectiva materialista dialética, o fenômeno psicológico é indissociável das relações humanas – que se estabelecem no processo histórico de produção das condições de existência – e sua essência se expressa na atividade consciente, que diferencia qualitativamente o psiquismo humano de outras formas de vida.

Nesse contexto, o psiquismo humano só pode ser plenamente compreendido por meio da análise da constituição da consciência e de seus determinantes objetivos. Para Vigotski (2001/1934), os signos – particularmente a linguagem – desempenham um papel fundamental nesse processo, pois representam a mediação simbólica que possibilita a reorganização qualitativa das funções psicológicas superiores. Inicialmente, os signos são introduzidos nas relações sociais como instrumentos culturais externos, que orientam e regulam o comportamento do indivíduo a partir do contexto. No decorrer do tempo, esses signos são progressivamente internalizados pelo sujeito e se transformam em

mediadores internos da atividade psíquica, permitindo que ele passe a organizar de modo consciente suas ações e as relações com o mundo. Esse processo expressa a capacidade única do psiquismo humano de transformar e regular ativamente as influências externas, num movimento que integra o social, o histórico e o individual.

Nesse processo, a apropriação dos signos, o desenvolvimento da linguagem, as relações sociais e a atividade do trabalho são concebidas como fundamentais na mediação e no desenvolvimento humano. Para Vigotski (1995), a linguagem não se limita a ser um meio de comunicação, mas constitui o instrumento central por meio do qual o sujeito se apropria da cultura e do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, construindo, assim, sua compreensão do mundo e de si mesmo. A mediação, nesse sentido, não é apenas um meio que conecta elementos externos e internos, mas um processo dinâmico que promove transformações qualitativas no desenvolvimento psicológico, tornando possível o surgimento das funções superiores e a constituição da consciência, aspectos centrais do processo de humanização.

Todo o conjunto de práticas culturais de autocontrole da conduta representa a incorporação de formas coletivas, que são gradualmente assimiladas e reorganizadas no plano individual, mediando o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. A linguagem, como principal exemplo dessa dinâmica, inicialmente conecta a criança ao outro em contextos sociais. Posteriormente, à medida que a criança passa a utilizar a linguagem para dirigir o próprio comportamento, ocorre sua internalização: o que antes era uma forma de comunicação social transforma-se num instrumento de regulação interna da conduta. Nesse processo, os signos não se limitam a atuar como simples meios de comunicação, mas assumem o papel de instrumentos culturais que mediam, organizam e regulam as funções psíquicas, possibilitando a apropriação ativa da realidade objetiva. Os signos linguísticos, ao serem produzidos nas relações sociais, constituem-se como um princípio mediador fundamental entre o externo e o interno, como uma condição para a formação da consciência (Vigotski, 2001/1934).

Assim, por meio dos processos de aprendizagem e socialização, os indivíduos se apropriam da cultura e dos mediadores culturais produzidos historicamente pela humanidade. É nesse processo que o ser humano se constitui como sujeito histórico e social, construindo seu psiquismo pelas relações dialéticas entre o externo e o interno, mediadas pela linguagem, pela atividade do trabalho e pelas relações sociais (Saviani, 2015). Nesse sentido, como elucidam Aita e Facci (2011), às funções psicológicas superiores – como a memória mediada, a atenção voluntária e o pensamento conceitual – só podem se desenvolver a partir da internalização de mediações construídas socialmente, as quais expressam o caráter histórico, social e cultural das relações humanas.

Nesse contexto, adotar uma abordagem psicológica concreta fundamentada no materialismo dialético para compreender o psiquismo implica superar as dicotomias rígidas entre o externo e o

interno, compreendendo-os como uma unidade dialética – simultaneamente produto histórico e processo contínuo de transformação mediados pela atividade social. As funções psicológicas superiores se desenvolvem à medida que o sujeito internaliza as complexas redes de relações sociais, num processo que tem a linguagem como mediador central (Vigotski, 2001/1934). Consequentemente, a superação do formalismo lógico, predominante nas abordagens da psicologia, requer a transição para uma perspectiva lógico-dialética e materialista. Nessa abordagem, é essencial reconhecer a negatividade, as contradições e as múltiplas determinações como elementos constitutivos e centrais para a compreensão complexa, integral e histórica dos fenômenos psíquicos (Cambaúva & Tuleski, 2007).

Saviani (2003) enfatiza que, na abordagem materialista dialética, a psicologia deve direcionar seu foco não ao sujeito empírico, limitado às aparências sensíveis, mas sim ao sujeito concreto, concebido como uma totalidade histórica e socialmente determinada. O empírico oferece apenas a expressão inicial e fragmentada do fenômeno, funcionando como ponto de partida para a análise das relações, mediações e determinações que estruturam o objeto de estudo. Nesse processo, apreender o psiquismo de maneira concreta exige considerar as múltiplas determinações que emergem das próprias relações sociais e históricas. A edificação de uma ciência psicológica verdadeiramente concreta requer que a análise parta do empírico, não como fim em si, mas como etapa preliminar, que possibilita, através da abstração, identificar as categorias fundamentais que explicam o movimento real do objeto. Esse procedimento permite reconstruir teoricamente a totalidade concreta do sujeito, compreendendo-o como um ser social atravessado por múltiplas determinações e em permanente desenvolvimento.

Considerando as múltiplas determinações que constituem o psiquismo humano, construir uma psicologia concreta envolve, também, uma análise cuidadosa das contradições presentes na realidade em que esse psiquismo se desenvolve. A sociedade capitalista, marcada por contradições de classe e desigualdades, gera processos alienantes que limitam o pleno desenvolvimento humano. Nesse sentido, promover uma unidade na psicologia, como argumenta Vigotski, significa enfrentar as abordagens fragmentadoras que tratam o sujeito de maneira parcial, abstraindo-o da sociedade que é simultaneamente seu produto e produtor (Cambaúva & Tuleski, 2007). Ao reconhecer e confrontar as contradições estruturais da sociedade capitalista, a psicologia concreta busca revelar a complexidade e a multidimensionalidade do ser humano, superando as limitações das abordagens que ignoram a interdependência entre indivíduo e sociedade.

Nessa perspectiva, Vigotski (2023/1930) enfatiza que o ser humano é produto das condições históricas concretas e que sua plena humanização só pode ocorrer numa sociedade liberta da exploração do humano pelo humano. Para Vigotski, essa transformação humanizadora se daria no

contexto do socialismo, que não apenas reorganiza as bases econômicas da vida social, mas também inaugura novas possibilidades de desenvolvimento subjetivo. Trata-se da constituição de uma nova consciência, crítica e historicamente situada, capaz de compreender o mundo e agir para transformá-lo. Nessa concepção, o desenvolvimento psicológico deixa de ser visto como um processo exclusivamente individual ou biológico e passa a ser compreendido como um fenômeno histórico, social e coletivo, inseparável das práticas e lutas emancipatórias.

Assim, conforme sublinha Politzer (1998/1928), é impossível compreender o sujeito psicológico como um ente abstrato ou isolado de seu contexto histórico e social. O sujeito da psicologia é, por essência, um ser social e histórico, cuja constituição está enraizada em relações concretas, mediadas por práticas culturais e condições materiais específicas. A psicologia tradicional, vinculada aos pressupostos ideológicos da sociedade burguesa, fragmenta o objeto de estudo e desconsidera suas determinações históricas, o que compromete a compreensão do psiquismo em sua totalidade.

Nesse sentido, as ferramentas conceituais e categorias analíticas formuladas pela psicologia tradicional não são neutras; carregam em sua constituição as marcas indeléveis de sua origem social e histórica. Em uma sociedade estruturada pela divisão de classes e pela exploração da maioria, tanto os sujeitos quanto a própria psicologia como disciplina científica são constituídos nessas determinações.

É precisamente por isso que uma psicologia comprometida com a transformação social, fundada nos princípios da dialética materialista, deve ultrapassar os limites da crítica à realidade aparente – a qual sustenta uma concepção fragmentada e abstrata do sujeito psicológico. Sua tarefa central é desvelar as mediações históricas e sociais da subjetividade, intervindo na realidade com vistas à criação de condições concretas para o pleno desenvolvimento das capacidades humanas. Tal perspectiva não se limita à interpretação do mundo, mas se orienta pela práxis transformadora, mediada pela ação coletiva e consciente dos sujeitos sobre a realidade. Como Marx (2015/1932) afirma nas teses sobre Feuerbach: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (p. 539).

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo analisar as limitações impostas pelo formalismo lógico na compreensão do psiquismo e as contribuições da dialética materialista como uma alternativa teórico-metodológica para superá-las. A psicologia, em seu desenvolvimento histórico, emergiu de uma crise epistemológica fundamental, marcada pela fragmentação e pela dicotomia entre subjetividade e objetividade. Essa cisão originou no interior da disciplina diversas correntes e subáreas que, muitas vezes, se colocam em posições teóricas antagônicas e excludentes. Tal polarização resultou em análises parciais e reducionistas do psiquismo, frequentemente enredadas em paradigmas ora de orientação

mentalista e idealista, ora de viés materialista mecanicista, ambos incapazes de apreender o sujeito humano em sua concretude histórica e social.

Nesse cenário, a psicologia que adota uma análise empírica materialista frequentemente incorre em reducionismos biológicos, privilegiando explicações de base biológica ou centradas exclusivamente nos fatores externos, sem considerar adequadamente os determinantes internos que conformam o psiquismo humano. Por outro lado, abordagens que enfatizam os fatores subjetivos tendem a absolutizá-los, transformando-os em concepções internalistas, desconsiderando ou minimizando o papel constitutivo das determinações sociais e históricas. O aspecto mais evidente dessas abordagens é a naturalização tanto dos fatores internos quanto dos externos, obscurecendo as determinações históricas e sociais na construção do sujeito concreto. Essas determinações, que resultam da atividade prática e transformadora dos seres humanos no mundo, têm um caráter eminentemente social. Ao negligenciar essa dimensão, a psicologia acaba por reproduzir uma visão abstrata e descontextualizada do ser humano, negando os processos contraditórios da realidade social – especialmente as contradições inerentes à sociedade capitalista – que condicionam e limitam o pleno desenvolvimento das capacidades humanas.

No contexto da psicologia concreta, surge a necessidade de superar as dicotomias e fragmentações que se manifestam no formalismo lógico, que nega a contradição e as mediações, e nas diversas determinações histórico-sociais interdependentes que constituem e desenvolvem o fenômeno psíquico. Uma abordagem dialética materialista é reafirmada neste trabalho como caminho para essa superação, pois é somente por meio da análise das determinações reais e objetivas do materialismo dialético que podemos compreender o sujeito concreto em sua totalidade.

Assim, a interpretação dialética do psíquico implica compreender suas múltiplas determinações, reconhecendo o interno e o externo como integrantes de uma relação dialética na qual o sujeito, ativo diante do mundo, transforma tanto a realidade quanto a si mesmo. Contudo, é importante destacar que o indivíduo intervém sobre o mundo a partir das condições historicamente postas pelas gerações anteriores, ou seja, das condições materiais e sociais que determinam sua existência. Na sociedade capitalista, essas condições assumem formas específicas que estruturam a maneira como os indivíduos reproduzem suas vidas.

Por fim, a construção de uma psicologia concreta não se realiza por meio da negação simplista ou excludente das teorias psicológicas de base dualista. Ainda que limitadas, essas contribuições contêm elementos analíticos que podem ser incorporados criticamente no interior de uma abordagem fundamentada no materialismo dialético. É precisamente na superação do dualismo formal, mediante o desenvolvimento de uma compreensão dialética e histórica do psiquismo, que a psicologia poderá construir uma interpretação concreta do sujeito, tornando-se uma ferramenta que

pode ser utilizada para a transformação social, orientada para a superação das condições que limitam o desenvolvimento integral das capacidades humanas.

Referências Bibliográficas

- Aita, E. B., & Facci, M. G. D. (2011). Subjetividade: Uma análise pautada na psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Revista*, 17(1), 32-47. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005&lng=pt&tlng=pt
- Beatón, G. A. (2018). La integralidad del método dialéctico en la Teoría Histórico Cultural. *Psicología Escolar e Educacional*, 22(3), 631-641. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201803002>
- Beatón, G. A. (2017). Vivência, atribuição de sentido e subjetivação da atividade, a comunicação e relações sociais. Em M. E. Mattosinho, & G. A. Beatón (Orgs.), *Trabalho, educação e lazer: Contribuições do enfoque histórico-cultural para o desenvolvimento humano* (pp. 143-213). EACH-USP. <https://doi.org/10.11606/9788564842380>
- Bock, A. M. B. (2007). A psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica na psicologia. Em A. M. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 15-35). Cortez.
- Bulhões, L. F. S. S., & Silva, M. M. (2020). O conceito de unidade mínima de análise como eixo articulador do método marxiano e da psicologia concreta. *Interação em Psicologia*, 24(3), 346-353. <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v24i3.72788>
- Cambaúva, L. G., & Tuleski, S. C. (2007). A pseudo-concreticidade do conceito de subjetividade na psicologia. *Revista de Educação PUC-Campinas*, (23), 79-89. <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/171>
- Gonçalves, M. G. M. (2007). A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: A historicidade como noção básica. Em A. M. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 37-52). Cortez.
- Hegel, G. W. F. (1992). *Fenomenologia do espírito* (6ª ed.). Vozes. (Original publicado em 1807)
- Húngaro, E. M., Patriarca, A. C., & Gamboa, S. S. (2017). A decadência ideológica e a produção científica na Educação Física. *Revista Pedagógica*, 19(40), 43-67. <https://doi.org/10.22196/rp.v19i40.3741>
- Lacerda Jr., F. (2010). *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. Repositório Institucional PUC Campinas. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15717>
- Lefebvre, H. (1993). *Lógica formal, lógica dialéctica*. Siglo XXI.

- Lukács, G. (1968). *Marxismo e teoria da literatura*. Civilização Brasileira.
- Lukács, G. (2012). *Para uma ontologia do ser social I*. Boitempo. (Original publicado em 1969)
- Martins, L. M. (2020). O que é a psicologia concreta: Contribuições de Lev. S. Vigotski. *Interação em Psicologia*, 24(3), 340-345. <https://doi.org/10.5380/riep.v24i3.72809>
- Marx, K. (2015). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo Editorial. (Original publicado em 1932)
- Marx, K., & Engels, F. (2015). *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Boitempo Editorial. (Original publicado em 1932)
- Marx, K. (2015). Teses sobre Feuerbach. In Marx, K., & Engels, F. *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (pp. 537–539). Boitempo Editorial. (Original publicado em 1932)
- Oliveira, B. A. (2001). Dialética do singular-particular-universal. Em Associação Brasileira de Psicologia Social - Núcleo Bauru (Org.), *Anais do V Encontro de Psicologia Social e Comunitária* (pp. 1-24). Abrapso. <https://evoluireducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/OLIVEIRA-B.-A-Dialectica-do-Singular-Particular-Universal.pdf>
- Oliveira, M. A. (2004). *Dialética hoje: Lógica, metafísica e historicidade*. Edições Loyola.
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: Implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362-371. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>
- Politzer, G. (1998). *Crítica dos fundamentos da psicologia: A psicologia e a psicanálise*. Unimep. (Original publicado em 1928)
- Saviani, D. (2003). Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. *Revista Espaço Pedagógico*, 10(2), 77-97. <https://doi.org/10.5335/rep.v10i2.14725>
- Saviani, D. (2015). O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. *Germinal*, 1(07), 26-43. <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i1.12463>
- Saviani, D. (2003). Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. *Revista Espaço Pedagógico*, 10(2), 77-97. <https://doi.org/10.5335/rep.v10i2.14725>
- Tenório, R. M. (1993). *Lógica clássica: Um problema de identidade*. Sitientibus, (11), 15-19. <https://doi.org/10.13102/sitientibus.vi11.10065>
- Vigotski, L. S. (1995). Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Em L. Vigotski, *Obras escogidas III*. Visor, 1995.

- Vigotski, L. S. (2023). O refazimento socialista do ser humano. Em L. S. Vigotski, *Psicologia, desenvolvimento humano e marxismo* (G. Toassa & P. Marques, Orgs.). Hogrefe. (Original publicado em 1930)
- Vigotski, L. S. (2025). *O sentido da crise na psicologia* (Z. Prestes & Elizabeth Tunes, Orgs.). Lavrapalavra. (Original publicado em 1982)
- Vigotski, L. S. (2001). Pensamiento y Lenguaje. Em L. Vigotski, *Obras Escogidas II*. Editorial A. Machado Libros (Original publicado em 1934)
- Wundt, W. (1970). *Elementos de Psicología Fisiológica*. Fondo de Cultura Económica.
- Wundt, W. (1920). *Psicología de los pueblos: Una investigación sobre las leyes del desarrollo de la lengua, el mito y la costumbre*. Editorial La España Moderna.